

Propostas para pagar a dívida externa

28 JUL 1984

Miguel Colasuonno *

A elevação dos preços do petróleo e a política recessiva adotada pelos países industrializados, notadamente os Estados Unidos, fizeram as economias do mundo ocidental atravessar a pior crise dos últimos anos. Os países desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tiveram uma queda em sua taxa de crescimento, de 3,3% em 1979 para - 0,5% em 1982. Já os países em desenvolvimento registraram uma queda na taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 4,9% em 1980 para 2,8% em 1981, segundo estimativas do FMI.

Estatísticas recentes, porém, revelam os primeiros sinais de recuperação por parte de alguns países, com repercussões positivas em todo o sistema econômico internacional. O PIB dos Estados Unidos, por exemplo, cresceu 6,5% em 1983, e está crescendo ainda mais nos primeiros meses de 1984. Também no Japão, houve crescimento na produção industrial de 8,7% em 1983, igualmente com tendências positivas neste ano.

Em relação ao desemprego observa-se idêntica recuperação. A taxa dos Estados Unidos, que aumentou de 5,8% em 1979 para 7,2% em 1980, 7,6% em 1981, 9,7% em 1982, e até 10% nos primeiros meses de 1983, voltou ao nível de 7% nos primeiros meses de 1984.

A recessão afetou diferentemente as economias nacionais, de acordo com seus estágios de desenvolvimento. Os países desenvolvidos, que têm um mercado interno mais consolidado, puderam adotar uma política de restringir e controlar suas importações. Mas esta solução atingiu as economias dos países em desenvolvimento de duas maneiras: inicialmente, reduzindo as receitas cambiais; e, posteriormente, diminuindo a possibilidade de importar produtos dos países em desenvolvimento, fornecedores de bens manufaturados.

As dificuldades cambiais, aliada à necessidade de ampliar os investimentos, e aos atrativos do mercado financeiro internacional, fizeram com que os países em desenvolvimento se endividassem em cerca de US\$ 700 bilhões (total estimado da dívida em 1984). O crescimento brutal da dívida decorreu também da elevação da taxa de juros, que chegou a atingir 21% no período 1979/81.

Atualmente, o pagamento da dívida (juros e amortização) absorve quase a totalidade das exportações dos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, o "serviço da dívida" (juros mais amortização) chegou a representar 97%

das exportações em 1982, e 90% em 1983. É o pior é que nos próximos cinco anos deverão vencer 60% da dívida de longo prazo, que monta a US\$ 46,8 bilhões (de um total de US\$90 bilhões), segundo a posição de 31/12/82.

Assim, a economia brasileira, a exemplo de outras, vê-se impedida de crescer, o que implica em crescentes sacrifícios internos, com agravamento da recessão, do desemprego e da inflação.

Para pagar o "serviço" da dívida, o Brasil está transferindo em 1983/84 algo como 1,5% do PIB aos países credores, sob a forma de superávits não-financeiros na conta-corrente, conforme o quadro abaixo:

	1983	1984
Superavit na C/C (exceto juros); US\$3 bil.	US\$5 bil.	
PIB em US\$bilhões	280	280
Transferência em %	1,07%	1,8%

Propostas

A solução para a crise dos países devedores é de natureza política. Várias propostas vêm sendo apresentadas por organizações internacionais, mas, por serem inovadoras, alteram uma situação que esbarra em conquistas e privilégios, bem como em interesses das comunidades internas de cada país do sistema.

É praticamente unânime, porém, a necessidade de reavaliação do sistema financeiro internacional — inclusive do papel do dólar — e do fortalecimento dos organismos internacionais que regulam o sistema, como o FMI, através de uma maior participação decisória dos países em desenvolvimento. Igualmente, é preciso que os países industrializados participem de um programa maciço de investimentos para que os países em desenvolvimento possam crescer, a exemplo do que ocorreu anteriormente com o Plano Marshall.

Em segundo lugar, devem ser estabelecidos novos critérios e acordos para a negociação da dívida dos países em desenvolvimento. O montante da dívida, os saldos comerciais dos países devedores, e a disponibilidade de recursos não permitem que se mantenham as atuais condições de "rolagem" da dívida.

Finalmente os países industrializados devem permitir que os países em desenvolvimento ampliem suas exportações, eliminando a prática do "protecionismo" e as barreiras ao comércio.

Quanto à questão da renegociação da dívida, tem-se pelo menos quatro propostas alternativas, todas elas admitindo a corresponsabilidade dos países credores.

A primeira consiste em associar o pagamento da dívida à capacidade de cada país, conforme o saldo de cada um deles no "balanço

das transações correntes", exceto o próprio item "juros da dívida".

A segunda proposta é vincular o montante a ser pago por cada país ao crescimento da economia mundial. Isto estimularia os países credores a adotarem medidas para reativar a economia, e não medidas recessivas, como vêm ocorrendo atualmente.

Uma terceira alternativa é isolar das taxas de juros os componentes inflacionários, como a correção monetária. A diferença seria paga a longo prazo, incorporando-se ao "principal" da dívida.

Finalmente, a quarta proposta consiste em distribuir aos bancos credores bônus de longo prazo (15 a 20 anos), com taxas de juros fixas. Tais bônus poderiam ser negociados com deságio no mercado financeiro internacional.

Em todas as propostas, fica clara a intenção dos países devedores de pagarem a dívida, desde que haja condições. Nenhum deles conseguirá saldar sua dívida se o saldo comercial (exportações menos importações) não for suficiente sequer para pagar os juros da dívida.

Segundo dados do FMI, os países em desenvolvimento pagaram US\$ 11 bilhões a mais do que receberam, sob a forma de novos empréstimos, para "rolarem" suas dívidas em 1983.

Considerando-se apenas os 13 principais países devedores, lista na qual o Brasil está incluído com destaque, esta diferença foi bem maior: US\$ 21 bilhões.

A base das quatro alternativas é a obtenção de saldos positivos crescentes nas balanças comerciais dos países em desenvolvimento. Para isto, cada país deveria eleger os produtos que têm maior competitividade em seus respectivos mercados, e contar com a garantia de que tais produtos não sofreriam medidas protecionistas e outras barreiras "compensatórias". Poderiam também ser discutidas alíquotas preferenciais para tais produtos, nos moldes das atuais listas do SGP (Sistema Geral de Preferência), por exemplo, a dirigirem seus investimentos para setores e/ou atividades capazes de gerar divisas ao menor custo possível, e no prazo mais curto, isto é, setores como a agricultura, a mineração, e também alguns setores industriais onde o Brasil já ocupa posição vantajosa.

Desta forma, ao invés de cada economia ser incentivada a cortar importações, como vem ocorrendo até agora, a "poupança" de divisas seria feita pela geração de divisas, através do aumento das exportações.

* Economista e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo.